

**Adriano Andrade
Cleber Masson
Landolfo Andrade**

**Gabriel Lino
Lauro Ribeiro
Rafael Machado**

INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS

Vol. 2

- Ambiental
- Criança e Adolescente
- Pessoas com deficiência
- Idoso
- Educação
- Lei Anticorrupção empresarial
- Saúde

**2.^a
edição**

revista,
atualizada
e ampliada



**EDITORA
MÉTODO**

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Rua Conselheiro Nébias, 1384 – Campos Elíseos – 01203-904 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 5080-0770 / (21) 3543-0770

faleconosco@grupogen.com.br / www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 27.02.2019

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

148

Andrade, Adriano

Interesses Difusos e Coletivos, volume 2 / Adriano Andrade ... [et al.]. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: MÉTODO, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8525-7

11/1/19

1. Interesses difusos – Brasil. 2. Interesses coletivos – Brasil. I. Andrade, Adriano. II. Título.

19-54842

CDU: 342.726(81)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - DIREITO AMBIENTAL.....	1
<i>Gabriel Lino</i>	
1.1 Introdução.....	1
1.1.1 Concepções éticas sobre a questão ambiental.....	1
1.1.2 O movimento ambientalista no Brasil e no mundo.....	2
1.1.3 A crise ambiental e o Direito.....	4
1.2 Fundamentos do Direito Ambiental	4
1.2.1 Definição e abrangência.....	4
1.2.2 Hermenêutica jurídica e Direito Ambiental (direitos fundamentais e constitucionalização do Direito)	5
1.2.3 Caráter metaindividual e interdisciplinar do Direito Ambiental	7
1.2.4 O meio ambiente na Constituição Federal de 1988.....	8
1.2.5 Perfil da legislação ambiental brasileira (competências legislativas das pessoas políticas)	12
1.3 Princípios setoriais do Direito Ambiental	16
1.3.1 A relevância dos princípios na atualidade do Direito Ambiental	16
1.3.2 Princípios em espécie	18
1.3.2.1 Princípio da sustentabilidade ou do desenvolvimento sustentável	18
1.3.2.2 Princípio da prevenção.....	19
1.3.2.3 Princípio da precaução.....	21
1.3.2.4 Princípio do poluidor-pagador (e usuário-pagador e protetor-recebedor).....	24
1.3.2.5 Princípio da vedação ao retrocesso	27
1.3.2.6 Princípio da função socioambiental da propriedade.....	29

1.3.2.7	Princípio da participação democrática.....	30
1.3.2.8	Princípio da igualdade entre gerações.....	32
1.3.2.9	Princípio da natureza pública da proteção ambiental.....	33
1.4	A Política Nacional do Meio Ambiente e o Sistema Nacional do Meio Ambiente.....	34
1.4.1	A Lei n. 6.938/1981 e sua importância no panorama legislativo brasileiro (aspecto histórico, LPNMA como vértice e conceitos fundamentais).....	34
1.4.2	Princípios, objetivos e diretrizes da PNMA.....	36
1.4.3	O Sisnama e a questão das competências administrativas de natureza ambiental	38
1.4.3.1	Caracterização do Sisnama.....	38
1.4.3.2	O Conama: conceito e funções.....	39
1.4.3.3	A questão das competências administrativas em matéria ambiental.....	42
1.4.4	Instrumentos da PNMA	44
1.4.4.1	O poder de polícia em matéria ambiental	45
1.4.4.2	O licenciamento ambiental.....	48
1.4.4.3	O zoneamento ambiental	56
1.4.4.4	Os estudos ambientais (avaliação de impactos ambientais)	58
1.4.5	Outras políticas nacionais relativas ao meio ambiente	64
1.4.5.1	Política Nacional de Recursos Hídricos.....	64
1.4.5.2	Política Nacional de Educação Ambiental	69
1.4.5.3	Política Nacional da Biodiversidade	72
1.4.5.4	Política Nacional sobre Mudança do Clima.....	85
1.4.5.5	Política Nacional de Resíduos Sólidos.....	89
1.5	Unidades de conservação – espaços territoriais especialmente protegidos em sentido estrito.....	105
1.5.1	A criação de áreas protegidas como método de proteção ambiental.....	105
1.5.2	A definição jurídica de espaços territoriais especialmente protegidos – ETEPs – e suas espécies.....	105
1.5.3	As Unidades de Conservação (ETEPs em sentido estrito) – significado da expressão e utilização de tal método para preservação	106
1.5.3.1	O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – objetivos, diretrizes e estrutura	106

1.5.3.2	As diferentes categorias de unidades de conservação	108
1.5.3.3	As unidades de conservação de proteção integral	109
1.5.3.4	As unidades de conservação de uso sustentável	111
1.5.3.5	Unidades de conservação atípicas	115
1.5.3.6	Criação, implantação e gestão das unidades de conservação	115
1.6	Código Florestal Brasileiro.....	120
1.6.1	Antecedentes históricos, debate político e jurídico e perfil da lei editada.....	121
1.6.2	Áreas de preservação permanente.....	123
1.6.2.1	Definição e regime de proteção.....	123
1.6.2.2	Hipóteses de configuração de APPs	127
1.6.2.3	Exceções ao regime geral de proteção.....	136
1.6.3	Reserva legal.....	136
1.6.3.1	Definição e regime de proteção.....	136
1.6.3.2	Formas de instituição da reserva legal.....	140
1.6.4	Outros temas relevantes no Código Florestal.....	141
1.6.4.1	O Cadastro Ambiental Rural (CAR)	141
1.6.4.2	As áreas rurais consolidadas	142
1.6.4.3	As áreas de preservação permanente e de reserva legal e o perfil das limitações administrativas de natureza ambiental	149
1.6.4.4	O uso do fogo nas atividades agrossilvipastoris	150
1.7	Regulação jurídica de atividades de risco.....	153
1.7.1	Agrotóxicos.....	153
1.7.2	Mineração	162
1.8	Regime de responsabilidades jurídicas pelos danos ao meio ambiente.....	164
1.8.1	Independência relativa entre as instâncias.....	165
1.8.2	Responsabilidade civil.....	167
1.8.3	Responsabilidade penal	172
1.8.4	Responsabilidade administrativa.....	177

CAPÍTULO 2 - DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 181

Rafael Machado

2.1	Proteção da infância nos âmbitos internacional e nacional.....	181
2.1.1	Declarações e convenções internacionais.....	181

2.1.2	Evolução do direito da infância no Brasil	186
2.1.2.1	Constituições Federais	186
2.1.2.2	Legislação infraconstitucional	187
2.2	Disposições preliminares do ECA	190
2.2.1	Definição de criança e adolescente	190
2.2.1.1	Aplicação do ECA ao nascituro	192
2.2.1.2	Primeira infância e jovem	193
2.2.2	Proteção integral	193
2.2.3	Princípio do melhor interesse ou interesse superior	194
2.2.4	Absoluta prioridade	196
2.2.5	Interpretação do ECA	197
2.3	Direitos fundamentais	198
2.3.1	Direito à vida e à saúde	198
2.3.1.1	Introdução	198
2.3.1.2	Direitos da maternidade	199
2.3.1.3	Aleitamento materno	200
2.3.1.4	Mãe privada de liberdade	200
2.3.1.5	Direito ao parto anônimo	201
2.3.1.6	Programas de assistência médica e odontológica	201
2.3.1.7	Deficiência	202
2.3.1.8	Fornecimento de medicamento	203
2.3.1.9	Comunicação de maus-tratos e atendimento na primeira infância	204
2.3.1.10	Obrigações de hospitais e demais estabelecimentos	204
2.3.2	Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade	205
2.3.2.1	Introdução	205
2.3.2.2	Castigo físico e medidas aplicáveis	208
2.3.2.3	<i>Bullying</i> (Lei n. 13.185/2015)	208
2.3.3	Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência – Lei n. 13.431/2017	209
2.3.3.1	Introdução	209
2.3.3.2	Escuta especializada e depoimento pessoal	211
2.3.3.3	Medidas de proteção	214
2.3.3.4	Integração das políticas de atendimento	216
2.3.4	Direito à educação	218
2.3.4.1	Introdução	218
2.3.4.2	Direito à educação pela criança e adolescente ..	219

2.3.4.3	Dever do Estado.....	219
2.3.4.4	Obrigação de matrícula e sistema educacional domiciliar (<i>homeschooling</i>)	222
2.3.4.5	Aprovação em vestibular e não conclusão do ensino médio.....	222
2.3.4.6	Dever de comunicação.....	224
2.3.5	Direito à cultura, ao esporte e ao lazer.....	225
2.3.6	Direito à profissionalização e à proteção no trabalho.....	225
2.3.6.1	Noções gerais	225
2.3.6.2	Atividades no âmbito doméstico familiar.....	227
2.4	Direito fundamental à convivência familiar.....	228
2.4.1	Direito de crescer no seio familiar	228
2.4.1.1	Introdução.....	228
2.4.1.2	Classificações de família.....	229
2.4.1.3	Audiência concentrada.....	229
2.4.1.4	Prazo máximo de permanência em acolhimento institucional	230
2.4.1.5	Gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção	231
2.4.1.6	Recém-nascido e criança abandonados e inscrição no cadastro nacional de adoção	232
2.4.1.7	Acolhimento familiar	233
2.4.1.8	Ordem de preferência do direito à convivência familiar	234
2.4.1.9	Apadrinhamento.....	235
2.4.2	Poder familiar ou função parental.....	236
2.4.2.1	Introdução.....	236
2.4.2.2	Hipóteses de destituição e suspensão.....	237
2.4.2.3	Pais dependentes químicos.....	239
2.4.2.4	Pobreza	239
2.4.2.5	Prisão e condenação criminal.....	240
2.4.2.6	Alienação parental (Lei n. 12.318/2010).....	241
2.4.3	Reconhecimento de filhos.....	243
2.4.4	Reconhecimento do estado de filiação.....	243
2.4.5	Família substituta.....	244
2.4.5.1	Introdução.....	244
2.4.5.2	Oitiva da criança e do adolescente (princípio da autonomia progressiva)	245
2.4.5.3	Crítérios e acompanhamento da medida.....	246

	2.4.5.4	Criança ou adolescente indígena ou de comunidade de quilombo.....	248
2.5		Modalidades de colocação em família substituta	248
	2.5.1	Guarda	248
	2.5.1.1	Introdução.....	248
	2.5.1.2	Classificações	250
	2.5.1.3	Guarda e condição de dependente.....	250
	2.5.1.4	Guarda e a posição dos pais	252
	2.5.1.5	Revogabilidade	252
	2.5.2	Tutela	253
	2.5.2.1	Introdução.....	253
	2.5.2.2	Termo de tutela provisória	254
	2.5.2.3	Tutela compartilhada	255
	2.5.2.4	Tutela testamentária ou documental.....	255
	2.5.2.5	Tutela ou curatela.....	256
	2.5.2.6	Cessação	256
	2.5.2.7	Destituição do tutor.....	256
	2.5.3	Adoção nacional	256
	2.5.3.1	Introdução.....	256
	2.5.3.2	Características	257
	2.5.3.3	Requisitos.....	258
	2.5.3.4	Cadastros de adoção.....	263
	2.5.3.5	Adoção personalíssima, <i>intuitu personae</i> ou dirigida	264
	2.5.3.6	Adoção unilateral, singular ou semiplena	265
	2.5.3.7	Adoção póstuma ou <i>post mortem</i>	269
	2.5.3.8	Adoção de nascituro	269
	2.5.3.9	Adoção de fato ou “à brasileira”.....	270
	2.5.3.10	Adoção por homossexuais	271
	2.5.3.11	Efeitos pessoais	271
	2.5.3.12	Efeitos patrimoniais	272
	2.5.3.13	Prazo de conclusão da ação de adoção.....	272
	2.5.3.14	Sentença	272
	2.5.3.15	Direito de conhecer sua origem biológica.....	273
	2.5.3.16	Direitos previstos na CLT	273
	2.5.4	Adoção internacional.....	274
	2.5.4.1	Caracterização	274
	2.5.4.2	Requisitos.....	274

	2.5.4.3	Procedimento	275
	2.5.4.4	Organismos de intermediação da adoção e seu credenciamento	278
	2.5.4.5	Repasse de recursos	279
	2.5.4.6	Adoção por brasileiro residente no exterior	279
	2.5.4.7	Adoção internacional e o Brasil como país de acolhida	280
	2.5.4.8	Nacionalidade do adotado	281
	2.5.4.9	Quadro sinótico	282
2.6	Prevenção		283
2.6.1	Disposições gerais		283
2.6.2	Informação, cultura, lazer, esportes, diversões e espetáculos		284
	2.6.2.1	Classificação indicativa	284
	2.6.2.2	Emissoras de rádio de televisão	286
	2.6.2.3	Venda e aluguel de filmes	286
	2.6.2.4	Revistas e publicações	287
	2.6.2.5	Bilhar, sinuca ou congênere ou casa de jogo que realize aposta	287
2.6.3	Produtos e serviços		288
	2.6.3.1	Produtos com venda proibida para criança ou adolescente	288
	2.6.3.2	Hospedagem de criança ou adolescente	290
2.6.4	Autorização para viajar		291
	2.6.4.1	Viagem no território nacional	291
	2.6.4.2	Viagem ao exterior	292
2.7	Política e entidades de atendimento		294
2.7.1	Política de atendimento		294
	2.7.1.1	Introdução	294
	2.7.1.2	Municipalização do atendimento e Conselhos	295
	2.7.1.3	Fundos geridos pelos Conselhos de Direitos	297
2.7.2	Entidades de atendimento		299
	2.7.2.1	Espécies, inscrição e registro	299
	2.7.2.2	Entidades de acolhimento familiar ou institucional	301
	2.7.2.3	Acolhimento emergencial (art. 93)	303
	2.7.2.4	Obrigações das entidades de internação e acolhimento	304
2.7.3	Fiscalização das entidades e medidas aplicáveis		304

2.8	Medidas de proteção e medidas pertinentes aos pais ou responsável.....	305
2.8.1	Medidas de proteção.....	305
2.8.1.1	Hipóteses de aplicação (situações de risco)	305
2.8.1.2	Cumulação e substituição	306
2.8.1.3	Parâmetros e princípios para aplicação.....	306
2.8.1.4	Competência para aplicação e execução.....	308
2.8.1.5	Medidas de proteção em espécie.....	309
2.8.1.6	Acolhimento institucional e familiar	310
2.8.2	Regularização do registro civil.....	312
2.8.3	Medidas aplicáveis aos pais ou responsável	313
2.8.4	Afastamento do agressor da moradia comum.....	315
2.9	Ato infracional	316
2.9.1	Introdução.....	316
2.9.2	A criança e a prática de ato infracional	316
2.9.3	Início da maioridade penal.....	317
2.9.4	Nomenclaturas.....	317
2.9.5	Requisitos.....	318
2.9.6	Teoria do momento.....	318
2.9.7	Princípio da insignificância	319
2.9.8	Escusas absolutórias.....	319
2.9.9	Extradicação	320
2.9.10	Prescrição	321
2.9.11	Prática de ato infracional e consequências na maioridade	321
2.9.12	Redução da maioridade penal.....	322
2.10	Direitos individuais e garantias processuais	322
2.10.1	Direitos individuais	322
2.10.1.1	Internação provisória.....	323
2.10.2	Garantias processuais.....	326
2.11	Medidas socioeducativas	328
2.11.1	Introdução.....	328
2.11.2	Competência.....	329
2.11.3	Princípios	330
2.11.4	CrITÉRIOS de aplicação	331
2.11.5	Requisitos	331
2.11.6	Cumulação	332
2.11.7	Substituição.....	332
2.11.8	Adolescente com transtorno mental	333
2.11.9	Advertência.....	333

2.11.10	Obrigação de reparar o dano.....	334
2.11.11	Prestação de serviços à comunidade	335
2.11.12	Liberdade assistida	335
2.11.13	Semiliberdade	337
2.11.13.1	Semiliberdade provisória.....	339
2.11.14	Internação	340
2.11.14.1	Introdução.....	340
2.11.14.2	Espécies	340
2.11.14.3	Princípios	340
2.11.14.4	Hipóteses legais.....	341
2.11.14.5	Tráfico de drogas.....	348
2.11.14.6	Prazo da internação e sua reavaliação	349
2.11.14.7	Consequências com o cumprimento do prazo de 3 (três) anos.....	350
2.11.14.8	Transtorno mental e interdição no cível.....	350
2.11.14.9	Cumprimento imediato da medida e recurso de apelação.....	350
2.11.14.10	Liberção compulsória.....	351
2.11.14.11	Atividades externas	351
2.11.14.12	Direitos do adolescente internado.....	351
2.11.14.13	Local de cumprimento	353
2.12	Remissão.....	353
2.12.1	Introdução.....	353
2.12.2	Classificações	354
2.12.3	Natureza jurídica	355
2.12.4	Características	355
2.12.5	Requisitos	356
2.12.6	Remissão pelo Ministério Público.....	356
2.12.7	Remissão judicial.....	358
2.12.8	Descumprimento da remissão imprópria	358
2.12.9	Revisão da medida socioeducativa cumulada com a remissão.....	359
2.13	Execução das medidas socioeducativas	360
2.13.1	Introdução.....	360
2.13.2	Princípios	361
2.13.3	Direitos individuais.....	362
2.13.4	Formação da execução	362
2.13.5	Reavaliação.....	363

2.13.6	Substituição, progressão e regressão	364
2.13.7	Cumulação e unificação	368
2.13.8	Revisão da sanção disciplinar	371
2.13.9	Suspensão	372
2.13.10	Extinção	373
2.13.10.1	Causas previstas na Lei do Sinase	373
2.13.10.2	Maioridade penal	377
2.13.10.3	Prescrição das medidas socioeducativas	378
2.13.10.4	Prescrição da pretensão punitiva em abstrato ...	380
2.13.10.5	Prescrição da pretensão punitiva retroativa	381
2.13.10.6	Prescrição da pretensão punitiva intercorrente, superveniente ou subsequente	382
2.13.10.7	Prescrição da pretensão executória	382
2.13.11	Sistema recursal	384
2.14	Conselho tutelar	384
2.14.1	Introdução	384
2.14.2	Características	384
2.14.3	Organização	385
2.14.4	Requisitos e processo de escolha	386
2.14.5	Regime jurídico do conselheiro tutelar	387
2.14.6	Atribuições	388
2.14.7	Revisão das decisões	391
2.14.8	Sigilo das informações	391
2.14.9	Impedimentos	392
2.15	Acesso à Justiça	392
2.15.1	Disposições gerais	392
2.15.1.1	Acesso à Justiça	392
2.15.1.2	Sigilo	393
2.15.2	Justiça da Infância e Juventude	394
2.15.3	Noções gerais sobre competência	394
2.15.4	Competência do art. 148	395
2.15.4.1	Competência exclusiva ou plena	395
2.15.4.2	Competência concorrente	398
2.15.4.3	Competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar	399
2.15.5	Competência do art. 147	400
2.15.5.1	Ações cíveis	400
2.15.5.2	Apuração de ato infracional	401

2.15.5.3	Execução da medida socioeducativa ou de proteção.....	402
2.15.5.4	Infração cometida por rádio e televisão	402
2.15.6	Competência disciplinar (art. 149).....	402
2.15.6.1	Portaria e alvará.....	402
2.15.6.2	Hipóteses.....	404
2.15.7	Serviços auxiliares	405
2.15.8	Ministério Público	405
2.15.8.1	Atribuições.....	405
2.15.8.2	Fiscal da ordem jurídica	410
2.15.9	Advogado	411
2.15.10	Defensoria Pública	413
2.16	Procedimentos.....	413
2.16.1	Disposições gerais.....	413
2.16.1.1	Aplicação subsidiária da legislação processual pertinente	413
2.16.1.2	Contagem dos prazos	414
2.16.1.3	Procedimento verificatório ou pedido de providências	415
2.16.1.4	Multa.....	416
2.16.2	Procedimento de perda e de suspensão do poder familiar..	416
2.16.2.1	Introdução.....	416
2.16.2.2	Petição inicial.....	417
2.16.2.3	Legitimidade ativa	417
2.16.2.4	Legitimidade passiva.....	418
2.16.2.5	Cumulação de pedidos e conexão.....	419
2.16.2.6	Tutela provisória de suspensão do poder familiar	419
2.16.2.7	Estudo social ou perícia por equipe interprofissional.....	420
2.16.2.8	Citação e defesa	421
2.16.2.9	Poder requisitório de documentos.....	422
2.16.2.10	Consequências da não apresentação de resposta....	422
2.16.2.11	Consequências da apresentação de resposta	423
2.16.2.12	Prazo para conclusão.....	423
2.16.2.13	Sentença e efeitos	424
2.16.2.14	Restabelecimento do poder familiar.....	424
2.16.2.15	Ação de adoção sem pedido de destituição do poder familiar	424

2.16.3	Procedimento de destituição da tutela.....	425
2.16.4	Procedimento de colocação em família substituta.....	426
2.16.4.1	Introdução.....	426
2.16.4.2	Hipóteses autorizadoras.....	426
2.16.4.3	Requisitos da inicial.....	428
2.16.4.4	Consentimento dos pais.....	428
2.16.4.5	Procedimento	429
2.16.4.6	Programa de acolhimento familiar	431
2.16.5	Procedimento de apuração de irregularidades em entidade de atendimento	431
2.16.5.1	Introdução.....	431
2.16.5.2	Natureza jurídica	431
2.16.5.3	Legitimidade ativa	431
2.16.5.4	Legitimidade passiva e sanções.....	432
2.16.5.5	Afastamento provisório do dirigente.....	433
2.16.5.6	Necessidade de advogado para resposta escrita	433
2.16.5.7	Contagem do prazo para resposta escrita e revelia.....	434
2.16.5.8	Audiência de instrução e julgamento.....	434
2.16.5.9	Prazo para remoção das irregularidades.....	434
2.16.6	Procedimento de apuração de infração administrativa.....	435
2.16.6.1	Introdução.....	435
2.16.6.2	Natureza jurídica	435
2.16.6.3	Legitimidade ativa	435
2.16.6.4	Legitimidade passiva.....	436
2.16.6.5	Prazo para defesa e necessidade de advogado... ..	436
2.16.6.6	Revelia e seus efeitos	437
2.16.6.7	Audiência de instrução e julgamento.....	438
2.16.6.8	Prescrição.....	438
2.16.7	Procedimento de habilitação de pretendentes à adoção.....	439
2.16.7.1	Introdução.....	439
2.16.7.2	Competência.....	439
2.16.7.3	Petição inicial e documentos	440
2.16.7.4	Necessidade de advogado	440
2.16.7.5	Ministério Público e providências.....	441
2.16.7.6	Estudo psicossocial, preparação e contato dos pretendentes.....	441
2.16.7.7	Audiência de instrução e julgamento.....	442

2.16.7.8	Inscrição nos cadastros	442
2.16.7.9	Indeferimento do cadastro.....	443
2.16.7.10	Recadastramento do pretendente que já adotou ...	444
2.16.8	Procedimento de infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente.....	445
2.17	Procedimento de apuração de ato infracional	446
2.17.1	Introdução.....	446
2.17.2	Fase policial ou investigativa.....	447
2.17.2.1	Apreensão do adolescente por ordem judicial..	447
2.17.2.2	Apreensão do adolescente em situação de flagrância	447
2.17.2.3	Ato infracional com violência ou grave ameaça à pessoa e manutenção da apreensão.....	447
2.17.2.4	Ato infracional sem violência ou grave ameaça à pessoa	449
2.17.2.5	Apresentação ao Ministério Público	450
2.17.2.6	Procedimento para apuração de ato infracional....	450
2.17.2.7	Transporte e uso de algema	450
2.17.3	Fase do Ministério Público.....	451
2.17.3.1	Oitiva informal	451
2.17.3.2	Outras providências	452
2.17.3.3	Arquivamento dos autos	453
2.17.3.4	Remissão	453
2.17.3.5	Representação.....	453
2.17.3.6	Internação provisória.....	454
2.17.3.7	Liberação do adolescente pelo MP	455
2.17.3.8	Complementação de diligências	455
2.17.4	Fase judicial	455
2.17.4.1	Aplicação do procedimento comum ordinário do CPP?.....	455
2.17.4.2	Recebimento ou rejeição da representação	456
2.17.4.3	Audiência de apresentação	456
2.17.4.4	Remissão judicial.....	458
2.17.4.5	Suspensão condicional do processo.....	459
2.17.4.6	Estudo pela equipe interprofissional ou relatório polidimensional.....	459
2.17.4.7	Defesa prévia	459
2.17.4.8	Assistente de acusação.....	459

2.17.4.9	Audiência em continuação	460
2.17.4.10	Sentença	461
2.17.4.11	Princípio da identidade física do juiz	462
2.17.4.12	Intimação da sentença.....	463
2.17.4.13	Prazo máximo para a conclusão do processo....	464
2.17.4.14	Local de cumprimento da internação provisória...	464
2.17.4.15	Recurso.....	464
2.17.4.16	Justiça restaurativa.....	465
2.18	Recursos	466
2.18.1	Noções gerais.....	466
2.18.2	Legitimidade	466
2.18.3	Peculiaridades do art. 198 do ECA.....	467
2.18.3.1	Preparo	467
2.18.3.2	Prazo	467
2.18.3.3	Preferência de julgamento e dispensa de revisor...	468
2.18.3.4	Juízo de retratação	469
2.18.3.5	Apresentação das razões recursais de apelação.	470
2.18.3.6	Técnica do art. 942 do CPC para processo de apuração de ato infracional ou de execução de medida socioeducativa.....	470
2.18.4	Efeitos da sentença	471
2.18.4.1	Regra geral.....	471
2.18.4.2	Sentença que impõe medida socioeducativa.....	471
2.18.4.3	Adoção e destituição do poder familiar	473
2.19	Proteção judicial dos interesses individuais, difusos e coletivos	473
2.19.1	Introdução.....	473
2.19.2	Proteção judicial dos interesses individuais	473
2.19.3	Proteção judicial dos interesses difusos e coletivos	474
2.19.3.1	Competência.....	475
2.19.3.2	Legitimidade.....	475
2.19.3.3	Ministério Público.....	476
2.19.3.4	Ação civil pública.....	477
2.19.3.5	Termo de ajustamento de conduta.....	478
2.19.3.6	Ações admissíveis.....	478
2.19.3.7	Ação de obrigação de fazer ou não fazer	478
2.19.3.8	Custas e honorários advocatícios	479
2.19.3.9	Multas	479

2.19.3.10	Cumprimento de sentença condenatória e destinação do valor.....	480
2.19.3.11	Sistema recursal e efeitos do recurso	480
2.19.3.12	Aplicação subsidiária da LACP e do CDC	481
CAPÍTULO 3 – DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....		483
<i>Lauro Ribeiro</i>		
3.1	Noções introdutórias.....	483
3.1.1	A sociedade moderna.....	483
3.1.2	A sociedade moderna e a pessoa com deficiência.....	484
3.2	Conceito de pessoa com deficiência – PCD	484
3.2.1	Inovação conceitual trazida pela Lei Brasileira de Inclusão – LBI.....	489
3.2.2	Deficiência mental ou intelectual? Ou ambas?.....	490
3.2.3	Terminologia correta.....	492
3.3	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano internacional.....	492
3.4	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano constitucional.....	494
3.4.1	Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar do tema	497
3.4.2	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano convencional – Convenção de Nova Iorque (da ONU)	498
3.5	O sistema normativo de proteção da pessoa com deficiência no plano infraconstitucional	499
3.5.1	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência) – LBI.....	501
3.5.1.1	Breve histórico e novidades introduzidas.....	501
3.5.1.2	Lei principiológica.....	501
3.5.1.3	Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias previstos na LBI	502
3.5.1.4	Vinculação à Convenção da ONU dos direitos da pessoa com deficiência	502
3.5.1.5	Diálogo “das fontes” e “das Cortes”	503
3.5.1.6	Controle de convencionalidade.....	505
3.5.1.7	Alcance da eficácia social (efetividade) da LBI....	506
3.5.2	Inovações e alterações legislativas promovidas pela LBI	507
3.5.2.1	Cadastro Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência	507

3.5.2.2	Auxílio-inclusão.....	507
3.5.2.3	Controle de acessibilidade pelos agentes públicos e proibição de exigência da presença da pessoa com deficiência a órgãos públicos quando sua condição pessoal e as condições de acessibilidade lhe imponham ônus desproporcional.....	508
3.5.2.4	Alterações ao Código Eleitoral.....	508
3.5.2.5	Mudança na movimentação do FGTS.....	509
3.5.2.6	Alterações no Código de Defesa do Consumidor (CDC).....	509
3.5.2.7	Mudanças na Lei n. 8.213/1991, que regula os planos de benefícios da Previdência Social.....	510
3.5.2.8	Modificações na “Lei Rouanet” – Lei n. 8.313/1991.....	511
3.5.2.9	Alterações na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei de Licitações.....	511
3.5.2.10	Mudanças na Lei n. 9.250/1995 (dispõe sobre Imposto de Renda).....	512
3.5.2.11	Alterações no Código de Trânsito Brasileiro.....	513
3.5.2.12	Alteração na Lei n. 9.615/1998 (normas gerais sobre desporto).....	513
3.5.2.13	Modificações no Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001).....	513
3.5.2.14	Mudanças sobre uso de cão-guia (Lei n. 11.126/2005) e acesso a museus (Lei n. 11.904/2009).....	514
3.5.2.15	Alterações à Lei n. 12.587/2012 (mobilidade urbana).....	515
3.5.2.16	Disposições finais da LBI.....	515
3.6	Direitos básicos da pessoa com deficiência.....	515
3.6.1	Capacidade civil: curatela e tomada de decisão apoiada.....	516
3.6.2	Tomada de decisão apoiada.....	523
3.6.3	Direito à dignidade da pessoa humana.....	526
3.6.4	Direito à felicidade.....	527
3.6.5	Direito a uma sociedade justa, solidária, sem preconceitos de qualquer espécie, desigualdades e discriminação.....	528
3.6.5.1	Sociedade solidária.....	530
3.6.6	Direito à igualdade e à diferença.....	531
3.6.7	Direito à vida.....	532
3.6.8	Direito à saúde.....	532
3.6.9	Direito à assistência social.....	534

3.6.10	Direito à habilitação, reabilitação e à promoção da inclusão social	535
3.6.11	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)	536
3.6.12	Direito à previdência social.....	538
3.6.13	Direito à moradia	539
3.6.14	Direito à educação.....	540
3.6.14.1	Plano internacional	540
3.6.14.2	Plano nacional.....	541
3.6.15	Direito ao trabalho.....	546
3.6.15.1	Inclusão no trabalho, sistema de cotas e reservas em concurso público	547
3.6.16	Direito à mobilidade urbana e acessibilidade	553
3.6.17	Direito ao transporte	558
3.6.18	Direito à participação na vida pública e política	559
3.6.19	Do acesso à justiça.....	559
3.6.20	Tipificação de crimes e infrações administrativas.....	561
3.6.21	Isenções	562

CAPÍTULO 4 – DIREITO DO IDOSO..... 565

Lauro Ribeiro

4.1	Introdução.....	565
4.2	Conceito de pessoa idosa.....	567
4.2.1	O sistema de proteção da pessoa idosa no âmbito internacional.....	568
4.2.2	Âmbito nacional: Constituição Federal.....	569
4.2.3	Estatuto do Idoso (EI) – Lei n. 10.741/2003	571
4.2.3.1	Principais eixos estruturantes dos direitos e garantias do EI.....	571
4.2.3.2	Lei principiológica.....	572
4.2.4	Política Nacional do Idoso – Lei n. 8.842/1994	572
4.2.5	Alguns outros diplomas legais de proteção ao idoso	573
4.3	Direitos básicos da pessoa idosa.....	575
4.3.1	Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.....	575
4.3.2	Direito à alimentação.....	576
4.3.3	Direito à vida/saúde	578
4.3.4	Direito à educação.....	583
4.3.5	Direito à moradia	585
4.3.6	Direito ao trabalho.....	586

4.3.7	Direito à assistência e previdenciária social.....	588
4.3.7.1	Da assistência social.....	588
4.3.7.2	Direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	589
4.3.7.3	Da previdência social	591
4.3.8	Direito a cultura, esporte, lazer e turismo	591
4.3.9	Direito ao transporte gratuito	592
4.3.10	Direito à proteção.....	593
4.3.10.1	Incidência das medidas de proteção.....	594
4.3.10.2	Especial obrigação da família.....	595
4.3.10.3	Medidas protetivas em espécie	596
4.3.10.4	Política de atendimento ao idoso.....	597
4.3.11	Direito à convivência familiar e comunitária.....	598
4.3.11.1	Entidades de atendimento à pessoa idosa.....	599
4.3.11.2	Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs.....	600
4.3.11.3	Fiscalização nas entidades de atendimento.....	601
4.3.11.4	Das infrações e sanções administrativas previstas no EI.....	601
4.3.11.5	Da apuração administrativa de infração contra pessoa idosa.....	602
4.3.11.6	Da apuração judicial de irregularidade em entidade de atendimento.....	603
4.3.12	Tutela judicial de direito individual disponível	605
4.3.13	Tutela judicial de direitos individuais indisponíveis, individuais homogêneos e coletivos (<i>lato sensu</i> : difusos e coletivos em sentido estrito).....	606
4.3.13.1	Pontos relevantes	606
4.3.13.2	Legitimados ativos	610
4.3.13.3	O papel do Ministério Público.....	611
4.4	Crimes definidos no EI	613

CAPÍTULO 5 - DIREITO EDUCACIONAL..... 617

Lauro Ribeiro

5.1	Noções introdutórias.....	617
5.1.1	Educação na sociedade moderna	618
5.2	Conceito e natureza jurídica.....	619
5.3	Educação, ensino e escola.....	621

5.4	O sistema normativo no plano internacional	623
5.5	O sistema normativo no plano nacional.....	624
5.5.1	Constituição Federal de 1988.....	624
5.5.2	Síntese da educação na CF/88.....	625
5.5.3	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9.394/1996.....	626
5.5.4	Plano Nacional de Educação – PNE	630
5.6	Estrutura educacional	632
5.6.1	Educação básica	632
5.6.2	Ensino superior.....	635
5.6.3	Sistemas de ensino	636
5.6.4	A repartição de competências e financiamento da educação....	637
5.6.5	Responsabilidade civil das instituições públicas de ensino (art. 37, § 6º, da CF/88).....	640
5.7	<i>Bullying</i>	642
5.8	Desescolarização (<i>unschooling</i>) e Educação domiciliar (<i>home-schooling</i>)	644

CAPÍTULO 6 – LEI ANTICORRUPÇÃO EMPRESARIAL..... 647

Landolfo Andrade

6.1	Introdução.....	647
6.2	Noção de corrupção empresarial.....	649
6.3	Aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial no tempo.....	651
6.4	Aplicação da Lei Anticorrupção Empresarial no espaço	653
6.5	Os bens jurídicos tutelados pela LAE	655
6.6	Sujeitos do ato lesivo à Administração Pública.....	656
6.6.1	Sujeito passivo	656
6.6.2	Sujeito ativo	658
6.6.2.1	Pessoa jurídica de direito privado.....	658
6.6.2.2	Pessoas naturais: o art. 3º da LAE.....	661
6.7	Responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica	663
6.7.1	Responsabilidade objetiva da pessoa jurídica	664
6.7.2	Pressupostos para a responsabilização administrativa e civil da pessoa jurídica.....	665
6.7.2.1	Subsunção da conduta na tipologia do artigo 5º da LAE	666
6.7.2.2	Interesse ou benefício da pessoa jurídica, exclusivo ou não.....	666

	6.7.2.3	Existência de algum vínculo entre o autor do ato lesivo e a pessoa jurídica beneficiada.....	667
	6.7.3	Responsabilidade da pessoa jurídica diante dos atos de seus dirigentes, administradores, empregados ou prepostos.....	668
	6.7.4	Responsabilidade da pessoa jurídica diante dos atos de agente de empresa terceirizada	669
	6.7.5	Possibilidade de responsabilização da pessoa jurídica em caso de não identificação da pessoa natural infratora	670
	6.7.6	Alterações contratuais e operações societárias.....	673
	6.7.7	Responsabilidade solidária entre sociedades controladoras, controladas, coligadas e consorciadas.....	674
6.8		Atos lesivos à administração pública nacional ou estrangeira.....	675
	6.8.1	Noções introdutórias.....	675
	6.8.2	Elemento subjetivo do ato lesivo	676
	6.8.3	Atos lesivos elencados no artigo 5º.....	677
	6.8.3.1	Promessa ou oferecimento de vantagem indevida a agente público (corrupção ativa)	677
	6.8.3.2	Financiamento ou patrocínio de prática dos atos ilícitos	679
	6.8.3.3	Utilização de interposta pessoa	680
	6.8.3.4	Atos lesivos referentes a licitações e contratos.....	681
	6.8.3.5	Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.....	687
	6.8.4	Atos lesivos tentados.....	688
	6.8.5	Princípio da insignificância: inadmissibilidade.....	689
	6.8.6	Necessidade de prova de dano ao erário.....	689
6.9		Responsabilização administrativa	690
	6.9.1	Noções introdutórias.....	690
	6.9.2	Multa	692
	6.9.2.1	Natureza jurídica	692
	6.9.2.2	Base de cálculo da multa.....	693
	6.9.2.3	Aplicação da pena de multa.....	694
	6.9.2.4	Garantia de pagamento da multa.....	697
	6.9.2.5	Cobrança da multa.....	697
	6.9.2.6	Destinatários dos valores arrecadados.....	697
	6.9.3	Publicação extraordinária da decisão condenatória.....	698
	6.9.4	Aplicação das sanções.....	699
	6.9.4.1	Parâmetros para a aplicação das sanções	699

6.9.4.2	Programas de <i>Compliance</i>	701
6.9.4.3	Prévia manifestação jurídica	703
6.9.5	Reparação integral do dano causado.....	703
6.9.6	Processo administrativo de responsabilização.....	704
6.9.6.1	Instauração	705
6.9.6.2	Competência	708
6.9.6.3	Instrução	709
6.9.6.4	Suspensão cautelar dos efeitos do ato ou processo	710
6.9.6.5	O direito à defesa no processo administrativo	711
6.9.6.6	Prazo de conclusão	711
6.9.6.7	Julgamento.....	711
6.9.6.8	O processo administrativo de reparação do dano	712
6.9.6.9	Desconsideração da personalidade jurídica	713
6.9.6.10	A comunicação ao Ministério Público.....	717
6.9.7	Acordo de leniência	720
6.9.7.1	Competência para a celebração do acordo de leniência na LAE	721
6.9.7.2	A participação do Ministério Público na celebração dos acordos de leniência.....	722
6.9.7.3	Condições e requisitos.....	725
6.9.7.4	Efeitos da celebração do acordo de leniência na LAE	726
6.9.7.5	Rejeição da proposta de acordo de leniência	728
6.9.7.6	Descumprimento do acordo de leniência.....	729
6.9.7.7	Ressarcimento do dano	729
6.9.7.8	Possibilidade de celebração de acordo de leniência em relação aos ilícitos previstos na Lei n. 8.666/1993.....	730
6.10	Responsabilização judicial.....	731
6.10.1	Noções introdutórias.....	731
6.10.2	Competência.....	732
6.10.2.1	Competência em caso de ato lesivo praticado no exterior	733
6.10.3	Legitimação.....	734
6.10.3.1	Legitimação ativa concorrente e disjuntiva	734
6.10.3.2	Legitimação ativa exclusiva do Ministério Público	737
6.10.3.3	Legitimação passiva.....	738

6.10.4	Providências cautelares: a indisponibilidade dos bens.....	740
6.10.4.1	Pressupostos	741
6.10.4.2	Alcance	742
6.10.5	Pedido	742
6.10.6	Procedimento	743
6.10.7	Sentença.....	744
6.10.7.1	Correlação entre pedido e sentença.....	744
6.10.8	Sanções civis.....	745
6.10.8.1	Perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé (art. 19, I)	745
6.10.8.2	Suspensão ou interdição parcial da atividade (art. 19, II).....	746
6.10.8.3	Dissolução compulsória (art. 19, III)	746
6.10.8.4	Proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos (art. 19, IV).....	747
6.10.9	Aplicação das sanções	748
6.10.9.1	Juízo de ilicitude da conduta e juízo de aplicação da sanção	748
6.10.9.2	Parâmetros para aplicação das sanções.....	748
6.10.9.3	Aplicação cumulativa das sanções.....	749
6.10.9.4	Aplicação de sanções não pedidas pelo autor.....	749
6.10.10	Sanções da LAE diante de outras sanções previstas em outras normas.....	749
6.10.11	O diálogo entre a Lei n. 12.846/2013 (Lei Anticorrupção Empresarial) e a Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa)	751
6.10.11.1	Requisitos para a aplicação simultânea da LIA e da LAE.....	752
6.10.11.2	Possibilidade de cumulação das sanções previstas na LIA e na LAE.....	753
6.10.11.3	Alcance subjetivo das sanções	755
6.10.11.4	Rito processual em caso de cumulação das ações.....	756
6.10.12	Coisa julgada	756
6.10.13	Prescrição	757
6.10.13.1	Interrupção da prescrição	757
6.10.14	O Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP	758
6.10.15	O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.....	758

CAPÍTULO 7 – DIREITO À SAÚDE.....	759
<i>Lauro Ribeiro</i>	
7.1 Noções introdutórias.....	759
7.2 Conceito de saúde.....	763
7.3 Sistema normativo de proteção à saúde no plano internacional.....	764
7.4 Sistema normativo de proteção à saúde no plano constitucional.....	765
7.5 Distribuição de competência entre os entes federativos para tratar da saúde.....	782
7.6 Sistema normativo infraconstitucional.....	783
7.6.1 Sistema Único de Saúde – SUS.....	784
7.6.1.1 Normas operacionais e Pacto pela Saúde.....	794
7.6.1.2 Programação Pactuada entre gestores.....	795
7.6.2 Política Nacional de Medicamentos.....	795
7.7 Regulação assistencial: vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental.....	800
7.8 Judicialização da saúde.....	801
7.9 Saúde complementar e saúde suplementar.....	806
7.10 Saúde mental.....	807
7.10.1 Plano Nacional de Atuação do Ministério Público em Saúde Pública.....	814
7.10.2 Papel da família, do Estado e da sociedade.....	815
7.10.3 Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) – Álcool e outras drogas no SUS. Redução de danos.....	816
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	817